

IMIGRAÇÃO ÁRABE NO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO SOBRE A INTERFACE DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E ECOLINGUÍSTICA

Marcela Cristina Lemos Cordeiro

Resumo: O artigo analisa a imigração árabe no Rio de Janeiro entre o final do século XIX e meados do XX, investigando a interface entre políticas linguísticas e ecolinguística. A partir dos referenciais de Bernard Spolsky, Joshua Fishman e Salikoko Mufwene, discute-se como demandas migratórias, gestão estatal, crenças e práticas impactaram a vitalidade da língua árabe. O estudo examina núcleos institucionais, imprensa comunitária e ações educacionais, além dos efeitos repressivos da Era Vargas, como o “crime idiomático”. Analisa-se ainda o papel do IBGE na invisibilização linguística, evidenciando como a ausência de recenseamento linguístico contribuiu para apagamentos identitários. Conclui-se que políticas desconectadas das demandas sociolinguísticas fragilizam ecossistemas linguísticos minoritários.

Palavras-chave: imigração árabe; políticas linguísticas; ecolinguística; vitalidade linguística; identidade.

Abstract: This article examines Arab immigration to Rio de Janeiro from the late 19th to mid-20th centuries, focusing on the interface between language policy and ecolinguistics. Drawing on Bernard Spolsky, Joshua Fishman, and Salikoko Mufwene, it analyzes how migratory demands, state management, beliefs, and practices affected Arabic language vitality. The study addresses institutional domains, community press, educational initiatives, and the repressive measures of the Vargas Era. It also discusses the role of national statistics in linguistic invisibility. The paper

concludes that language policies disconnected from sociolinguistic demands contribute to minority language erosion.

Keywords: Arab immigration; language policy; ecolinguistics; language vitality; identity.

1. Introdução

A imigração Árabe ensejada pelos conflitos político-ideológicos da queda do Império turco-otomano, impulsionou a vinda de inúmeros núcleos familiares provenientes da região do Levante (Palestina, Líbano, Síria e Jordânia), aos portos do Rio de Janeiro no período correspondente ao final do século XIX e meados do século XX. A integração desses povos ao novo *modus vivendi* do Rio de Janeiro não impediu que se conservasse o idioma Árabe nas esferas sociais, políticas e culturais cariocas. A preservação da Língua, junto aos elementos sócio-culturais destas comunidades desenvolveu-se junto a fatores internos e externos que marcaram profundamente a integração destes núcleos em território carioca.

Para melhor aclarar estes processos de contatos linguísticos, este trabalho apresentará o estudo da interface das áreas de estudos vitalidade linguística, Ecolinguística e Políticas Linguísticas que se complementam, de forma que, suas interseções contribuem para o entendimento da dinâmica de contatos entre os povos. A primeira parte deste trabalho propõe um esclarecimento sobre o objeto de estudos do tema Políticas Linguísticas, sua importância e finalidade sob as luzes das teorias Ecolinguísticas. A interface entre estes estudos poderá demonstrar como as políticas linguísticas estão intrinsecamente ligadas às demandas migratórias quando inseridas em um sistema linguístico receptor. Se este não atende o imperativo externo com bases de acolhimento, preservação e tolerância, há um desequilíbrio em todos os sistemas de comunidade de fala envolvidos, com processos de apagamento, exclusão linguística e social.

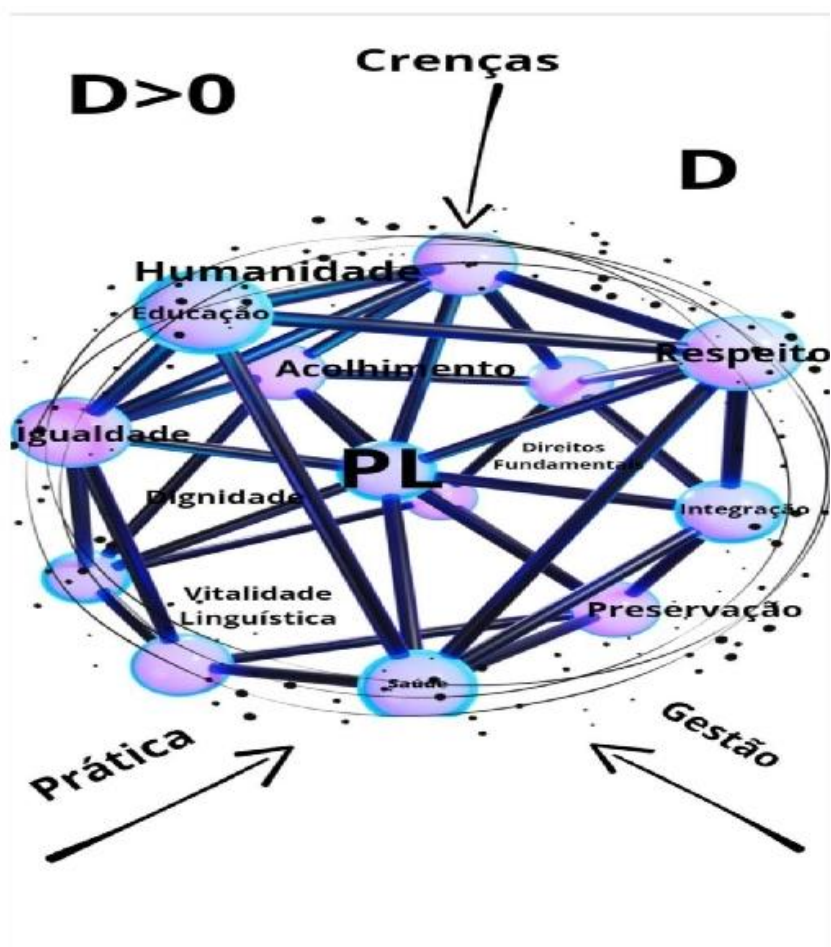
A segunda parte deste trabalho propõe a apresentação de fatos históricos importantes inerentes à presença da imigração Árabe no Rio de Janeiro, assim como a formação de núcleos de intergrupos que Spolsky (2004), define como domínios. Como esta pesquisa tem como objetivo estabelecer a interface entre políticas linguísticas e Ecolinguística, nomearemos estes domínios como núcleos ou nichos de vitalidade, já que perpassam elementos (status, suporte institucional e demografia) descritos por Giles, Bourhis & Taylor (1977) preponderantes para a vida ativa de uma língua.

A terceira parte demonstrará a recepção destes povos e o impacto das políticas linguísticas estabelecidas pela Era Vargas em relação às comunidades imigrantes, especificamente os núcleos árabes estabelecidos no Rio de Janeiro. Estes eventos serão norteados pelos conceitos de gestão, prática e crenças, estabelecidos por Spolsky (2016) que serão ampliados sob a ótica dos estudos da Ecolinguística. No final deste trabalho, serão apresentadas reflexões sobre as ferramentas dispostas pelo governo brasileiro para a análise demográfica da matizes multiculturais e multilinguísticas dos imigrantes que coexistem fisicamente em território nacional e inexistem em suas identidades linguísticas e culturais. Analisaremos em até que ponto este hiato no que diz respeito à importância da língua como fator de identidade dos povos imigrantes, hiato este muitas vezes endossado por comportamentos de instâncias mais altas das esferas do Direito, contribui para a desorganização destas comunidades e ao apagamento de suas identidades culturais e linguísticas.

2. Políticas Linguísticas: uma proposta de definição dos objetos de estudo sob as luzes da Ecolinguística

Há muitas discussões acadêmicas sobre a definição do objeto de estudo das políticas linguísticas, cujas fronteiras amplas podem incorrer na incompreensão e questionamentos sobre o lugar epistemológico deste tema. Com base nas discussões promovidas sobre o assunto, perguntas-chave emergem de reflexões de linguistas da área: O que são políticas linguísticas? Como um objeto de estudo pode perpassar por todas as áreas? Como delimitar este campo de pesquisa? Como pesquisadora da área, creio que as direções para respondermos a algumas destas perguntas já estejam nos caminhos percorridos por linguistas da área que despertaram para a importância de enxergarmos na prática científica a interseção com outras áreas de saber, como a ecolinguística. Mufwene (2016) teoriza sobre conceitos desenvolvidos originalmente por biólogos para organismos e espécies em seus *habitats* naturais que podem ser estendidos para explicar o destino das línguas em seus meio ambientes sociais, sobretudo no estudo da evolução linguística. O autor menciona ainda a distinção entre ecologia externa e ecologia interna da língua, e neste sistema externo, poderíamos entender a dinâmica das políticas linguísticas em relação a estes fenômenos. No que concerne ao tema das políticas linguísticas, o fator atrelado à prática de resoluções para a integração de uma comunidade imigrante ou refugiada é a demanda. Como um fenômeno natural, já traz em si a necessidade de resoluções para a manutenção de um domínio linguístico. Demanda e políticas linguísticas estão intrinsecamente conectados e geram em seu entorno um campo de

força atrativo para os principais fatores de políticas linguísticas descritos por Spolsky (2016): crenças, práticas e gestão, como pode ser exemplificada na figura, a seguir:



A demanda (D) pode ser explicada como os reclames sócio-históricos que impactam os contatos linguísticos e influenciam a sobrevivência da fala das comunidades imigrantes como declara o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996): A situação de cada língua, tendo em conta as considerações prévias, é o resultado da confluência e da interação de uma multiplicidade de factores: político-jurídicos; ideológicos e históricos; demográficos e territoriais; económicos e sociais; culturais; linguísticos e sociolinguísticos; interlinguísticos; e, finalmente, subjectivos. Como ponto central da demanda, as políticas linguísticas (PL) são vetores que transportam, de forma intrínseca, módulos essenciais para o equilíbrio ecolinguístico de uma comunidade como preconiza a introdução da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, reunidas em Barcelona (1996): é necessária uma Declaração Universal dos Direitos Linguísticos que permita corrigir os desequilíbrios linguísticos com vista a assegurar o respeito e o pleno

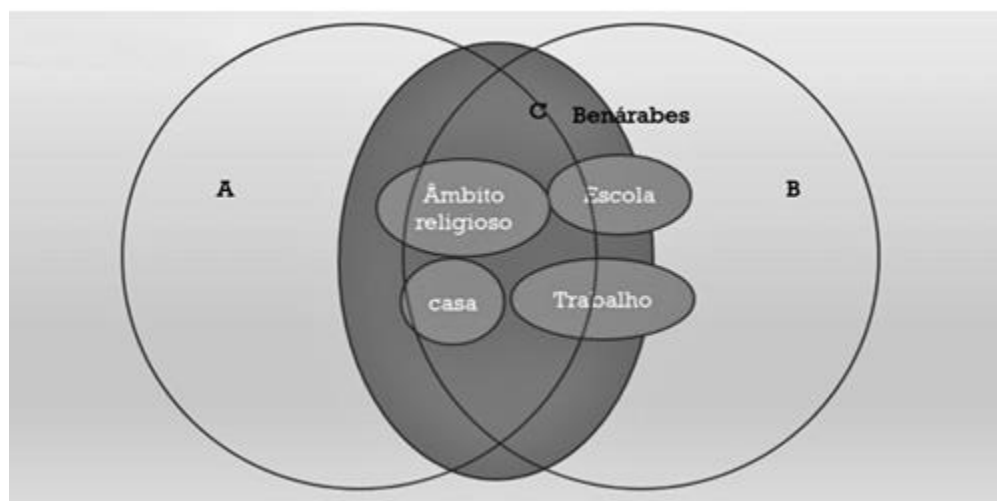
desenvolvimento de todas as línguas e estabelecer os princípios de uma paz linguística planetária justa e equitativa, como fator fundamental da convivência social.

Sob as luzes de uma teoria Ecolinguística, poderíamos dizer que a demanda emana campos eletromagnéticos atrativos, contendo em si, a necessidade de políticas linguísticas, que são vetores mecânicos e direcionadores das forças de gestão, prática e crenças (Spolsky, 2004) em mesma direção e sentido, relacionado a determinada comunidade imigrante ou refugiada. Sob a perspectiva ecológica, um vetor pode perpassar fronteiras geográficas e históricas, transmitindo de forma geracional o conteúdo de sua demanda. Assim ocorre com as políticas linguísticas, cujas demandas sempre estiveram expostas por contatos linguísticos que marcam as histórias dos povos, mas somente com a evolução científica receberam olhares mais cuidadosos. Neste trabalho vamos propor uma tentativa de análise de como os governos tratam estas demandas e se abrem espaços em seus sistemas para que o vetor das políticas linguísticas possa instalar módulos necessários para a sobrevivência de uma comunidade linguística: preservação, dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e vitalidade linguística, sendo este último, o foco principal desta pesquisa. Será observado o fato de que, quando a comunidade receptora não acolhe o fenômeno da demanda, há um desequilíbrio sistêmico das comunidades de fala, abalando a preservação dos sistemas linguísticos que tendem ao apagamento de suas línguas.

3. Demandas de imigrantes árabes e a Formação de Núcleos ou Nichos Linguísticos

De acordo com os estudos sobre Políticas Linguísticas, Fishman (1972) define o conceito de domínios, que é normalmente nomeado com vistas a um espaço social, como o lar ou a família, escola, vizinhança, igreja (ou sinagoga ou mesquita ou outra instituição religiosa), local de trabalho, imprensa, ou governo. Spolsky (2004) amplia este conceito, postulando que, quaisquer membros podem transitar linguisticamente em diferentes domínios e esta mudança de esferas sociais demandará, igualmente, a mudança e escolha de normas linguísticas. Estes âmbitos de prática linguística, sob as luzes dos registros históricos que se referem à formação de nichos de fala de comunidades árabes do Rio de Janeiro, podem ser representados graficamente da seguinte forma:

ECO-REBEL



Será utilizado o termo *benárabe* como referência aos imigrantes árabes em território brasileiro, como citado no artigo da revista “O Oriente”, veículo de publicação mensal, que assim como diversos jornais e revistas das comunidades sírio-libanesas, mantiveram a vitalidade da língua árabe em modalidade escrita e noticiavam entre estes imigrantes os acontecimentos que circulavam em âmbito nacional e internacional. A palavra *Ben* significa filho, ou seja, o termo se refere aos filhos de árabes, ou descendentes da onda migratória sírio-libanesa, como mencionado na revista “O Oriente” publicada no ano de 1941:

O brasileiro o apresenta, o educa, sem a dubiedade e a hipocrisia de outros estrangeiros que, após sugarem o dinheiro do Brasil, apresentam filhos que nem o idioma nacional sabem falar. Fez o Dr. Alfredo Issa, finalmente, menção especial aos intelectuais brasileiros, filhos de sírios ou benarabes, cujo patriotismo e amor ao Brasil iniciou-se nas próprias escolas nacionais, para onde os sírios enviam os seus filhos. Não há kistos sírios- afirmou o Dr. Alfredo Issa; tampouco escolas sírias que dêem trabalho ao governo pela sua campanha de desnacionalização (Revista “O Oriente”, p.1941)

Hilu (2007) apresenta alguns dados de formação de núcleos de fala árabe no Rio de Janeiro e aponta como referencial de início da vinda destes imigrantes *benárabes*, o início de 1880. Ao longo do final do século XIX e meados do século XX, sírios e libaneses procuram adaptação de seus costumes e crenças na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o recenseamento do IBGE, o ano de 1920 registra considerável contingente da população sírio-libanesa atrelada aos trabalhos nos setores têxteis e industriais. Estes núcleos especializados em vendas de tecidos e artigos de utilidade diária, se espalharam ao longo dos bairros do Rio de Janeiro, através da atuação dos mascates, vendedores ambulantes que percorriam bairros e vendiam artigos a crédito. Não há registros do lugar da língua árabe nesta dinâmica de inserção sócio-econômica no Rio de Janeiro.

Uma pesquisa posterior e complementar a este trabalho apresentará proposta de entrevista com o objetivo de investigar até onde estes núcleos comerciais e familiares preservaram o uso da língua árabe e em quais contextos. O crescimento dos processos de refúgio provenientes das políticas impostas pelo império turco-otomano, aliado aos processos de imigração, que núcleos familiares deixaram sua terra natal em busca de melhores oportunidades nas Américas do Norte e do Sul, fortificaram ainda mais o processo de demanda para atender às necessidades de integração sócio-cultural dos já residentes e futuros *benárabes*. Com isso, formaram-se clubes e núcleos que se agrupavam já com suporte institucional da primeira geração de imigrantes que se estabeleceu em todas as esferas da sociedade brasileira, desde a atuação em serviços de necessidade básica até instâncias políticas.

No que tange às políticas linguísticas, na mesma época, do intenso fluxo da imigração ao Brasil, políticas que reconheciam a condição dos refugiados, fruto do término da Segunda Guerra Mundial, se espalhavam pelo continente europeu, com o estabelecimento da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Nos registros dos países que reconheciam esta convenção e, consequentemente, a demanda relativa à necessidade deste grupo, consta a assinatura do governo brasileiro, registrada em 1952. A assinatura de países em tratados internacionais não garante que, de fato, haja práticas efetivas sobre o assunto, e na época de assinatura deste Tratado, as comunidades imigrantes ainda sofriam o impacto das políticas de repressão política e glotocídicas ensejadas pelo governo de Getúlio Vargas. Com o uso do poder de gestão, as demandas dos nichos linguísticos foram combatidos, o que provocou o desequilíbrio destes sistemas, já que, o silenciamento e marginalização de comunidades migrantes e minoritárias se inicia pelo fator linguístico.

De acordo com registros históricos sobre a formação de núcleos ou nichos de fala árabe no Rio de Janeiro, após o governo do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), houve a fundação de domínios religiosos formados por sírios e libaneses, tanto de vertente cristã quanto islâmica. Em 1951, foi inaugurada a SBMRJ (Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro) no centro do Município; em 1960, ocorreu a inauguração da Igreja Maronita Nossa Senhora do Líbano, no bairro da Tijuca. Em 1969 ocorreu o movimento em que a Língua Árabe passava a fazer parte de instâncias de Ensino Superior, com a fundação do setor de Estudos Árabes na Faculdade de Letras da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). De acordo com Fishman (1964) e seu conceito

de *Reversing Language Shift* (Inversão de Substituição Linguística) que culminou no conceito de GIDS (Graded Intergeneration Disruption Scale), este fato se enquadraria na última etapa de revitalização linguística, que passaria por anteriores que incluem a fala ativa da língua por vários domínios. Pesquisas próximas de desdobramento deste trabalho de caráter investigativo, buscarão caminhos para esclarecer se estes domínios foram realmente nichos de fala, ou seja, se realmente contribuíram para a vitalidade da Língua Árabe no Rio de Janeiro, ou se, por conta da repressão linguística apresentaram-se somente como comunidades de fala, com espaço de contato para outras línguas, e possível enfraquecimento da vitalidade linguística da Língua Árabe em âmbito carioca. No próximo item, sobre o impacto da gestão na vitalidade linguística, serão apresentadas algumas estratégias de re-organização e re-elaboração linguística como modo de sobrevivência da língua destes domínios.

4. Gestão e Políticas Linguísticas sob a perspectiva da Imigração Árabe no Rio de Janeiro

Esta seção oferecerá análise de como as políticas de gestão do governo brasileiro influenciaram na prática da língua árabe e como impactaram nos mecanismos de comunicação dos domínios das comunidades sírio-libanesas. A metodologia terá como base a análise de como determinados decretos dos governos da época foram recebidos, por intermédio de artigos publicados em revistas de vasta circulação entre núcleos de fala árabe. Spolsky (2016) define o conceito de Gestão como um dos fatores preponderantes para a influência nas práticas linguísticas intergrupos:

Gestão linguística é o esforço observável e explícito realizado por alguém ou algum grupo que tem ou afirma ter autoridade sobre os participantes de um domínio para modificar suas práticas ou crenças. A forma mais óbvia de gestão linguística é uma constituição ou lei estabelecida por um estado-nação que determina alguns aspectos do uso oficial da linguagem: uma exigência para uso de uma língua específica como meio de instrução ou em trâmites com as agências de governo (SPOLSKY, 2016, p. 13)

Mesmo diante do acolhimento da sociedade brasileira e da adaptabilidade dos povos árabes, muitos fatores contribuíram para possíveis tensões que um grupo etnográfico minoritário pode encontrar com suas demandas ao adentrar ao sistema linguístico de um grupo dominante. Apesar da contribuição de sírios e libaneses para o crescimento da economia brasileira que intensificava ainda

mais os contatos etnográficos e linguísticos, estes podem ter sido alterados pelas políticas linguísticas do Estado Novo de Getúlio Vargas, que instituiu o decreto de crime idiomático. Antes deste ato institucional, revistas eram publicadas totalmente em árabe com o objetivo de unir os núcleos de sírios e libaneses espalhados pelo Brasil. Porém, as políticas linguísticas do nacionalismo da Era Vargas instituíram o decreto de crime idiomático a todas as comunidades que falassem línguas estrangeiras em território nacional, em especial a língua alemã. Quanto às outras que possuíam veículos impressos de notícias, deveriam publicá-las em versões bilíngues:

O Estado Novo (1937-1945), regime ditatorial instaurado por Getúlio Vargas, marca o ponto alto da repressão às línguas alóctones, através do processo que ficou conhecido como “nacionalização do ensino” e que pretendeu selar o destino das línguas de imigração no Brasil, especialmente o do alemão e do italiano na região colonial de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foi nesses dois estados, nos quais a estrutura mini fundiária e a colonização homogênea de certas regiões garantiram condições adequadas para a reprodução do alemão e do italiano, especialmente, que a repressão linguística, através do conceito jurídico de “crime idiomático”, inventado pelo Estado Novo, atingiu sua maior dimensão. (OLIVEIRA, 2009,p.22)

Encontramos nos acervos de consulta de revistas publicadas na época pelas comunidades imigrantes, jornais e revistas totalmente em árabe que correspondem à década de 1930, período anterior ao programa de políticas nacionalistas de Getúlio Vargas, que impactaram diretamente as comunidades etnolinguísticas presentes em território brasileiro. Sob a perspectiva da glotopolítica, pode-se categorizar este acontecimento como ações adotadas pelo grupo linguístico dominante quando se sente ameaçado pelas minorias linguísticas. Essas estratégias podem atingir diretamente o processo de vitalidade de determinado grupo etnolinguístico (Gales, Bourhis e Taylor, 1974). No exemplar 7 da revista “O Oriente” de 1942, foi publicada pelos editores, a seguinte nota:

Em meados do próximo mês, a administração de “O Oriente” lançará uma excelente seção que inclui uma seleção dos melhores artigos e dos mais maravilhosos poemas. E esta parte- se o governo cumprir sua decisão em relação à imprensa estrangeira- será a última a ser publicada nos idiomas árabe e brasileiro.² (Revista “O Oriente”, edição XIV, p. 3)

Com a presença das demandas, as forças de gestão crença e prática deveriam ser direcionadas para o seu campo atrativo, visando a manutenção e preservação das comunidades de fala. Quando o sistema combate o fenômeno da Demanda, as forças da gestão trabalham em direção oposta e contrária aos imperativos dos domínios de fala imigrantes, iniciando o processo de rejeição do sistema linguístico dominante e consequente desestabilidade, desorganização e apagamento de seus intersistemas, sendo o fator linguístico, o principal alvo, que, como efeito dominó,

desestabiliza todos os demais como: dignidade humana, preservação cultural e enfraquecimento da vitalidade linguística.

4.1 O Impacto da Gestão na Vitalidade dos Sistemas Linguísticos e suas Tentativas de Sobrevivência e Adaptação

A análise dos registros de jornais e revistas que funcionavam como meio de comunicação entre os nichos ou domínios de fala árabe, revela estratégias de cunho institucional direcionadas aos grupos sírios e libaneses, na tentativa de manter a vitalidade de suas línguas maternas em território brasileiro. A taxonomia das línguas é formada por pilares que sustentam sua vitalidade em determinado contexto etnográfico. Giles, Bourhis & Taylor (1977) estabeleceram um gráfico de fatores que contribuem para a produtividade linguística em núcleos de falantes. A título de análise da presença árabe no Brasil, constatamos que alguns destes fatores contribuíram para que o idioma de sírios e libaneses sobrevivesse em território brasileiro: o suporte institucional, cujas subdivisões constituem a mídia massiva e educação. A análise dos jornais e revistas que norteiam esta pesquisa revelou publicações a respeito da criação de um colégio sírio-brasileiro, que se dedicava ao ensino de língua árabe aos filhos de emigrantes árabes:

O Colégio Sírio-Brasileiro celebrou na cidade, a luta pela edificação científica. Este grande instituto que se baseia há um quarto de século em ensinar aos novos jovens a língua dos pais e avós entregou certificados aos alunos ilustres deste ano. E foi uma festa maravilhosa em todos os seus aspectos. Quem primeiro falou foi o padrinho dos alunos, Dr. Orlando Fonseca, depois o professor Sheikh Wadih Al-Yazji, depois o aluno Hafeez Al-Sadi, representando os estudantes e filho de nosso cidadão virtuoso e zeloso, Sr. Khoury Gerges Qassas. Ficamos impressionados com os diálogos e falas dos alunos, uma saudação à bandeira brasileira proferida pela graciosa Miss Linda Karima e o virtuoso notável, Sr. Masoud. (Revista “O Oriente”, 1942, p. 10)

Além da iniciativa da Escola para emigrantes, havia um projeto glotopolítico já realizado no Oriente Médio, como mostra um artigo publicado em árabe na edição XIV, da revista “O Oriente” intitulado “O Árabe em letras estrangeiras”. Este estudo aventa a hipótese de que o idioma de raiz semítica pudesse ter maior poder de inserção nos núcleos da sociedade brasileira se fosse transcrito em caracteres ocidentais, pois isso contribuiria para a vitalidade da Língua Árabe, já que seria facilitado o aprendizado aos filhos de emigrantes, que, de acordo com o artigo, seriam vetores de contato importantes para manter a produtividade do idioma em âmbito brasileiro. Este mesmo movimento glotopolítico ocorrera na mesma época em território turco-otomano, como esclarece o artigo, pela iniciativa do líder *Kamal Atatürk*:

A Língua Árabe em Caracteres Ocidentais

Não é segredo para nenhum imigrante a dificuldade que encontramos em ensinar aos filhos nascidos neste país ou de outros imigrantes a língua dos pais e avós, de que nos orgulhamos e queremos preservá-la o máximo possível. Muitos expressaram seu desejo e preocupação como assunto, e jornais e revistas árabes daqui e de outros países publicaram algumas ideias e opiniões a respeito, principalmente depois que Mustafa Kemal Atatürk decidiu substituir as letras ocidentais pelas turcas.

Não é segredo que a dificuldade se limita aos motivos que citaremos no início desta grande pesquisa, que, mesmo não estando com nosso povo, temos a diligência, o zelo e sinceridade da profetisa que prevê por nós, se adiantando a qualquer especialista. A primeira coisa que vemos dos motivos da dificuldade está na forma das letras árabes e na multiplicidade de desenhos para cada uma delas (...) e a segunda coisa que você encontra é a direção da escrita, começando pela direita, ao contrário do que nossos filhos estão acostumados quando começam a aprender um idioma no país em que nasceram (...) como isso pode ser possível para nós, eu me pergunto, sem a transcrição que mencionamos, e sem facilitar o ensino de nosso idioma para aqueles que o desejam? Nossos filhos são os mediadores do contato entre nós e eles, se forem disciplinados e ensinados, de acordo com os ideais que devem ser traçados, para que sejam guiados e guiados por sua luz. Quanto aos que estão dispostos entre os patriotas, eles não são poucos, especialmente se as origens e os princípios da língua forem facilitados para eles. (Revista "O Oriente", 1942, p.39)

Tanto a escola árabe quanto a tentativa de apagamento do alfabeto árabe, para a aparente aquisição mais facilitada por parte dos filhos de imigrantes, podem ser interpretadas como tentativas de reorganização política interna destes nichos ou intergrupos como modo de preservação de suas identidades linguísticas.

A, seguir, encontramos uma nota, publicada nos anos finais das publicações bilíngues de jornais e revistas árabes, que demonstra que as mesmas passaram a veicular seu conteúdo somente em Língua Portuguesa:

UM ESCLARECIMENTO

Com a apresentação deste número "O ORIENTE", cumprindo as disposições do Decreto Federal sobre imprensa em língua estrangeira, encerra a divulgação de material em idioma árabe, como vinha fazendo desde o início de sua publicação. A direção desta Revista, que sempre foi exercida por brasileiro nato, descendente de sírios, sente-se no dever de esclarecer que durante todo o curso da existência deste órgão, nunca se serviu de idioma árabe para fazer obra tendenciosa em prol de interesses subalternos. Em suas colunas, "O ORIENTE", ao mesmo tempo que divulgava as manifestações de cultura e da civilização árabes, em idioma próprio, também dele se servia para propagar aqui nalguns países orientais, as cousas do Brasil, salientando com vivo entusiasmo e ardente patriotismo, tudo quanto com ele se relaciona no tocante do seu crescente progresso, sua cultura geral, sua história, e as enormes possibilidades do seu futuro, como grande nação que se impõe no continente americano. Do idioma árabe também se serviu para realizar a aproximação cada vez mais crescente dos sírios-libaneses do Brasil, facilitando-lhes deste modo o exato conhecimento do panorama nacional, propiciando natural paulatinamente a grande obra de assimilação dos seus elementos, em harmonia com as diretivas do Estado Novo. Este é, em linhas gerais, o esclarecimento que desejaríamos prestar ao público brasileiro no modo com que encerramos a divulgação. (Revista O Oriente, exemplar 7, 1942)

Neste ponto de análise, alguns questionamentos direcionarão esta pesquisa adiante: mesmo com as forças institucionais de gestão e prática agindo de forma e direção oposta à demanda, estes núcleos ainda conseguiram preservar em seus âmbitos linguísticos a vitalidade de sua língua materna? Caso a resposta seja positiva, em qual ou quais modalidades? Em quais domínios a língua árabe se mantém ativa, tornando-se realmente um nicho linguístico? A seção que finaliza este trabalho demonstrará como determinados ferramentas de gestão, crença e prática, além de mal utilizadas, contribuem para que o vetor de políticas linguísticas que poderia instaurar bem-estar, acolhimento, respeito e preservação da vitalidade linguística de comunidades minoritárias, podem contribuir ainda mais para a desorganização, apagamento e silenciamento destes núcleos.

5. Gestão, Crença, Prática e Políticas Linguísticas: o Impacto Ecolinguístico sobre Línguas e comunidades Minoritárias.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pela captação de dados que esboçam o perfil da sociedade brasileira poderia fornecer alicerces para definirmos o perfil linguístico dos habitantes do território brasileiro e instrumentalizar parâmetros para a elaboração de políticas linguísticas que oferecessem subsídios para as populações multiétnicas que co-habitam o território brasileiro. Desde os primeiros recenseamentos realizados nos períodos de início da imigração árabe no Brasil, há dados inconclusivos sobre a população de fala árabe. Na sessão de estatísticas de povoamento, com distinção por nacionalidade, entre o período de 1945 e 1969, não há registros sobre a imigração árabe, que provavelmente está inserida na seção definida por “outros”. Os processos que envolveram fatores geopolíticos que uniam pelo mesmo fio da históricos as regiões abrangidas pela Império turco (de fala turca) e os países do Levante (Síria, Líbano e Palestina, de fala árabe) provocaram confusão no registro de chegada desses imigrantes ou refugiados) que aportavam nas Américas com passaporte turco (uma das exigências do império otomano, como clara tentativa de apagamento identitário dos cidadãos árabes que buscavam novas perspectivas de vida ou de refúgio em novos territórios). Se o referido instituto adotasse como seus parâmetros de recenseamento, o fator linguístico, certamente teríamos um mapa mais preciso das línguas faladas por estes imigrantes, que não eram originalmente turcos, mas estavam temporariamente sob o domínio desta etnia. Já a partir de 2010, há dados inconclusivos sobre a

entrada de sírios em situação de refúgio. Sabe-se que muitos expatriados e fugitivos da situação geopolítica caótica causada pela ditadura que há anos vigora na Síria ensejou a entrada de muitos destes cidadãos em território nacional. A busca direcionada para a pesquisa da entrada não menciona a quantidade de sírios e, os mesmos são relegados aos dados referentes a “outros povos”. O tratamento do Instituto demonstra descaso com a identidade das matrizes multiculturais que coexistem em território brasileiro. Esta condição de hibridismo imposta pelo órgão, além de promover o apagamento identitário destes povos, inviabiliza que o vetor das políticas linguísticas direcione ações afirmativas que confluíram para o bem-estar destes grupos de falantes.

Há ainda, uma extensão do IBGE, na internet, denominada “Brasil 500 anos”, onde encontramos o resumo sobre a história das principais correntes de imigrantes que constituem a tessitura multiétnica do Brasil. Há uma sessão reservada à presença árabe com informações inconclusivas, incompletas e duvidosas, como as demonstradas na parte que explica os razões da imigração desses povos:

No Império Otomano de fé islâmica, as comunidades cristãs da Síria, Líbano e Egito foram não somente perseguidas Perseguição e castigo aos cristãos Fatos importantes da perseguição são o massacre de 1860, a extensão do serviço militar obrigatório aos cristãos em 1909, ou a condição de cidadãos de segunda classe dentro do Império. Em Beirute e Trípoli, os cristãos não podiam andar nas calçadas, sendo freqüentemente molestados pelos muçulmanos. pelos mulçumanos, como passaram por severos sofrimentos infringidos pelos turcos. O maior contingente de imigrantes, portanto, é de cristãos, vindos em grande parte do Líbano e da Síria. São bem menores as levas saídas de outros pontos do antigo Império Otomano, como Turquia, Palestina, Egito, Jordânia e Iraque.(
Fonte: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/>)

Os processos que ensejaram o movimento migratório dos povos de língua árabe às Américas são muito complexos para serem reduzidos ao termo “perseguição de cristãos”. HILU (2007) em sua obra sobre a imigração árabe no Rio de Janeiro, elenca fatos relatados por familiares de imigrantes que direcionam estes movimentos tanto para situações de refúgio (que estão relacionados à partilha do Oriente Médio por Inglaterra e França, sob o discurso de “libertação do domínio turco”, do que propriamente uma perseguição religiosa) quanto para situações de imigração, em que núcleos familiares deixaram seus lares em busca de melhores oportunidades sociais e econômicas. A questão do domínio otomano em território árabe perpassa questões geopolíticas e econômicas que não podem ser reduzidas a três linhas, e muito menos para definir a história de uma população imigrante multirreligiosa. Nota-se que nas poucas linhas reservadas à história da imigração árabe no Brasil, tendências orientalistas esboçam ideologicamente a imagem do Oriente de forma

pejorativa. De acordo com Said (2003) a tendência a demonizar o islamismo e suas vertentes constitui projeto político-ideológico desenhado no mundo medieval, desde a Guerra das Cruzadas, alimentado por Europa, e mais tarde, Estados Unidos, por interesses políticos e econômicos. A tendência orientalista observada no texto apresentado pelo IBGE sobre a motivação das ondas de imigração árabe dialogam com o conceito de crenças, um dos fatores atrativos para as políticas linguísticas. Spolsky (2016) conceitua crenças como um fator relativo à linguagem e suas variedades que são associadas a determinado grupo:

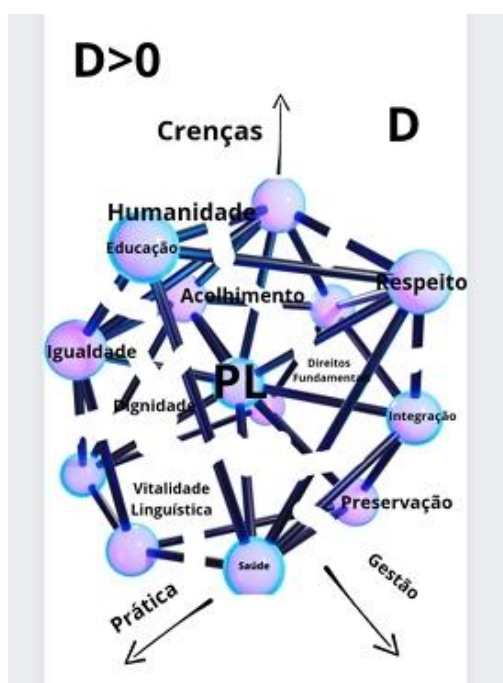
As crenças que são mais significativas para as nossas preocupações são os valores atribuídos às variedades e aos traços. Por exemplo, dado o papel desempenhado pelas variedades linguísticas na identificação, a variedade que eu associo com meu grupo de pertencimento mais importante— seja minha nação, minha classe educacional, minha região ou minha herança étnica provavelmente será a que terá o maior valor para mim (Spolsky, p. 35)

Com base nos conceitos sobre ecolinguística e fatores externos que impactam os ecossistemas linguísticos, poderíamos ampliar o conceito de crenças como o contexto inerente ao sistema linguístico dominante que determinarão a receptividade ou falta dela em relação a uma comunidade de falantes. No exemplo demonstrado sobre a descrição das razões para o movimento migratório dos povos árabes, há uma produção de crenças apoiada pela gestão, influenciada por fatores históricos e políticas externas aos sistemas ecolinguísticos. No que concerne a união dos três fatores que compõem as políticas linguísticas, ou, do ponto linguístico ecolinguístico (a tríade para a qual os imperativos das políticas linguísticas são atraídos) pode-se aplicá-los à decisão tomada pelo TRF, sobre o julgamento de um cidadão africano pelo governo brasileiro. A demanda de um tradutor especializado para cumprir os imperativos de cidadania do réu, ensejou a seguinte decisão, reportada pelo site “O estrangeiro”, especializado em matérias e notícias sobre refugiados:

A Justiça pode utilizar o Google Tradutor para traduzir sentença proferida para réu estrangeiro condenado no Brasil. Foi o que decidiu a 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª região, que confirmou a legalidade da utilização da ferramenta para traduzir a decisão a um estrangeiro preso durante a operação coite da Polícia Federal. 16 Ele foi condenado por formação de quadrilha, falsificação e uso de documentos falsos e corrupção ativa, mas apelou da decisão questionando, dentre outros assuntos, o uso do aplicativo. Cidadão etíope refugiado no Brasil, o réu atuava no envio ilegal de imigrantes de origem africana aos Estados Unidos e agia coordenadamente com outras organizações criminosas estabelecidas na África do Sul, Bolívia, Panamá, México, Guatemala, Honduras e Estados Unidos (...) Para o desembargador federal Wilson Zauhy, que relatou o caso, o uso da ferramenta é legal. Ele baseou sua decisão em um parecer da decisão da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região que havia autorizado o uso do Google Tradutor pelas Varas Federais Criminais da 3ª Região para traduzir atos processuais e decisões que demandam a citação, notificação e intimação de eventuais investigados ou réus estrangeiros em seu idioma pátrio. Segundo aquele órgão, a

utilização do aplicativo é uma boa prática processual, além de medida idônea, célere e com resultados satisfatórios. Orelator ponderou que o uso da ferramenta não trouxe prejuízos ao réu, uma vez que ele recorreu da sentença com uma apelação rica em detalhes. Por isso, confirmou a condenação. O relator, porém, decidiu reduzir a pena do réu estrangeiro, ao analisar as outras questões do recurso, para 7 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado. Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-3. (Fonte: TRADUÇÃO SEM TRAIÇÃO? – O Estrangeiro)

Nota-se que a decisão tomada para o andamento do julgamento do réu neste caso, é apoiada pelos três fatores direcionadores do vetor Políticas Linguísticas: gestão, pois a decisão de se utilizar uma ferramenta tecnológica imprecisa, sem a contratação de um profissional especializado em línguas para decidir sobre a vida e dignidade humana de um cidadão foi endossada pelas instâncias judiciais de maior relevância nas decisões que direcionam as políticas do país; prática, pois uma sentença fora determinada com o aval desta ferramenta, endossando a crença de desvalorização dos profissionais que trabalham com idiomas e consequente desprezo pelos estudos desenvolvidos na área que, de forma alguma, podem ser substituídos por um elemento desumanizador e mecanicista que não tem a capacidade de distinguir as filigranas dialetais de um idioma e muito menos o valor afetivo e identitário que uma língua confere. A figura abaixo demonstra que, quando os três fatores norteadores das políticas linguísticas são direcionados de forma contrária às demandas, pela força dos sistemas linguísticos dominantes, os grupos minoritários tendem ao processo de fragmentação de módulos essenciais para sua sobrevivência, incluindo a vitalidade de seus idiomas de matriz:



Quando as forças direcionadoras não se atém às demandas, não há como Políticas Linguísticas se instalaram no sistema linguístico dominante para que haja o equilíbrio e coexistência de nichos linguísticos e diversidade, em todas as sua manifestações. Fragmentam-se as línguas, as culturas, até que as mesmas sejam absorvidas pelo sistema receptor. Desta forma são apagadas identidades, memórias e toda a ancestralidade consciente de um grupo.

6. Conclusão

O alinhamento entre projetos de ensino de língua estrangeira e a demanda, seria possível se contássemos com o apoio de uma instituição nacional comprometida em agregar às pesquisas das comunidades etnográficas, que compõem o mosaico identitário do povo brasileiro, um fator essencial: o recenseamento linguístico. O Instituto Nacional Brasileiro de Geografia e Estatística, além de não utilizar este fator entre suas opções, 1 não respeita a identidade das populações minoritárias, que são relegadas a opção “outros”. É notável que a atuação deste Instituto contribui para o apagamento da presença dos povos, inviabilizando políticas linguísticas de acolhimento e promoção da cidadania dos povos em situação de imigração ou refúgio. Ações de projetos desconectados da demanda tendem a não gerar ambiente para que o vetor das políticas linguísticas seja instaurado, já que o objetivo é a integração, preservação dos direitos fundamentais, linguísticos e da dignidade humana. Atualmente, no Rio de Janeiro, há programas nas esferas municipais e estaduais de incentivo ao ensino de idiomas desconectados de um fator que poderia ser capaz de romper com os campos de força de gestão, crença e práticas, que configuram a demanda. Para onde, para quem e qual a intenção de que estes programas existam desconectados de uma realidade onde não há demanda para isso? Há muitas perguntas sem respostas. Porém, o que podemos concluir, de acordo com as breves análises apresentadas neste trabalho é que o esforço para a mudança deste quadro poderá ser iniciado com a valorização da língua como fator de importância nos estudos etnográficos e análises de correntes migratórias, assim como a valorização dos profissionais de línguas e educação.

Referências bibliográficas

CARELLI, Mario. *Cultures croisées: histoire des échanges culturels entre la France et le Brésil*. Paris: Nathan, 1993.

COUTO, Hildo Honório do. Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.

CURI, Guilherme Oliveira. Literatura e Imprensa Árabe Moderna nos Acervos da Biblioteca Nacional: Al-Mahjar também é aqui. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2015.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGÜÍSTICOS. Disponível em: [http://www.penclubportugues.org/comites/declaracao-universal-dos-direitos-linguistico s/](http://www.penclubportugues.org/comites/declaracao-universal-dos-direitos-linguistico-s/). Acesso em 26 de Agosto de 2023.

HILU, P. G.. Árabes no Rio de Janeiro. Cidade Viva, 2010, Rio de Janeiro. HOURANI, Albert. Uma história dos povos árabes. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FISHMAN, J. A. A sociologia da linguagem. In: FONSECA, M. S. V. da; NEVES, M. F. (Orgs.). Sociolinguística. São Paulo: Eldorado, 1974. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/> Acesso em: 7 de Setembro de 2023

GILES, Howard; COUPLAND, Nicolas; COUPLAND, Justine. Theory: communication, Context and Consequence. In: ____; ____; _____. (Orgs.). Contexts of Accommodation: Developments in Applied Sociolinguistics. Cambridge: Cambridge University, 1991 Louis-Jean Calvet, La Méditerranée : mer de nos langues, Paris, CNRS Éd., 2016

KURAIEM, Mussa. O Oriente. São Paulo, Vol .XIII, p. 7, novembro, 1935. _____ O Oriente, São Paulo. Vol. XII, p. 35. Dezembro, 1942

MUFWENE, S. (2016). Ecologia da língua: algumas perspectivas evolutivas. Ecolinguística: Revista (ECO-REBEL), 2(1), Brasileira 21–38. De Ecologia E Linguagem Recuperado <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9896> O ESTRANGEIRO.ORG. Disponível de em: <https://oestrangeiro.org/2016/06/05/traducao-sem-traicao/> .Acesso em 23 de Setembro de 2023

SABBAGH, Alphonse Nagib. O Meio Ambiente na Literatura Árabe, 1978. Tese de Doutorado em Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

ECO-REBEL

SPOLSKY, Bernard. Parauma Teoria de PolíticasLinguísticas. ReVEL, vol. 14, n. 26, 2016.
Tradução de Paloma Petry.Revisão técnica de Pedro M. Garcez. São Paulo, Companhia das
Letras, 1990.

SPOLSKY, Bernard. Parauma Teoria de PolíticasLinguísticas. ReVEL, vol. 14, n. 26, 2016.
Tradução de Paloma Petry.Revisão técnica de Pedro M. Garcez.

Aceito em 12 de janeiro de 2026.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 12, N. 1, 2026.